



Assembleia Geral ADCAP



Foz do Iguaçu, 02/09/2023

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

Primeiro contrato foi assinado em 16/12/2020, pelo prazo de seis meses.

O contrato vem sendo renovado semestralmente e atualmente estamos no 5º aditivo contratual, com vigência até 15/12/2023.

O escopo inicial do contrato contemplou os seguintes itens:

- ✓ Análise e acompanhamento da situação contábil/financeira/atuarial dos Planos BD Saldado e Postalprev;
- ✓ Assessoramento/Participação no Grupo de Trabalho instituído pelo Postalis com a finalidade de discutir o melhor modelo previdenciário que atenda às expectativas das contratantes e, conseqüentemente, das trabalhadoras e trabalhadores dos Correios;
- ✓ Elaboração das solicitações de informações e cálculos ao Postalis com a finalidade de subsidiar os trabalhos do Grupo de Trabalho e facilitar as tomadas de decisão;
- ✓ Análise das informações prestadas pelo Postalis no âmbito do Grupo de Trabalho, verificando se estão aderentes às solicitações;

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

- ✓ Análise da Proposta de Migração apresentada pelo Postalís, com identificação das reais vantagens e desvantagens para as trabalhadoras e trabalhadores dos Correios no ambiente dos Planos BD Saldado e Postalprev;
- ✓ Assessoria na validação ou elaboração de Proposta de Migração substitutiva à apresentada pelo Postalís, conforme o caso, na hipótese de aceitação da migração de plano(s) previdenciário(s) por parte das contratantes e outras entidades associativas das trabalhadoras e trabalhadores dos Correios;
- ✓ Apresentação de soluções para a manutenção do Plano BD Saldado, com base nas melhores práticas de mercado;
- ✓ Assessoramento em eventual elaboração de novo plano previdenciário, ainda que instituído na modalidade de Contribuição Definida (CD), visando aproximar seu desenho às necessidades previdenciárias das trabalhadoras e trabalhadores dos Correios.

A partir do primeiro aditivo contratual o escopo passou a contemplar:

- ✓ Assessoria aos Conselheiros Eleitos vinculados às entidades contratantes em relação a matérias relacionadas às atividades desenvolvidas no âmbito o Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo do Postalís.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

I - PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO:

Grupo de Trabalho constituído por representantes do Postalís e das Entidades Representativas dos empregados dos Correios com a finalidade de discutir o futuro modelo previdencial a ser adotado e para definir a forma de equacionamento do déficit do Plano BD Saldado. A situação deste Plano no encerramento do exercício de 2020 já era bastante preocupante:

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD		2020
Resultado do Plano		(R\$ Mil)
(+)	Patrimônio de Cobertura do Plano	3.307.085
(-)	Provisões Matemáticas	10.264.832
	(+) Benefícios Concedidos	12.179.170
	(+) Benefícios a Conceder	3.827.409
	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	5.741.747
(=)	Equilíbrio Técnico	-6.957.747

O déficit total (Provisões a Constituir + Equilíbrio Técnico do Exercício) atingiu o patamar de R\$ 12,7 bilhões

I - PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO:

O diagnóstico à época mostrava a situação crítica do PBD Saldado:

- i. Histórico de déficit mais longo entre as EFPC, com necessidade de implantação de Planos de Equacionamentos, não realizada, desde o final do exercício de 2015;
- ii. Patrimônio representava apenas 20,7% das Provisões Matemáticas Totais (compromissos do Plano com o pagamento dos benefícios);
- iii. Estudos apresentados pelo Postalís mostravam que havia liquidez no Patrimônio para pagamento dos benefícios somente até o ano de 2026;
- iv. O Postalís havia acabado de sair de um processo de intervenção da PREVIC, que durou mais de 2 anos, sem que os problemas estruturais do PBD Saldado tivessem sido solucionados;
- v. Havia sido assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto à PREVIC para solução do déficit do PBD Saldado até 20/02/2022;
- vi. A não aplicação de Planos de Equacionamento para solução do déficit estava incrementando o desequilíbrio técnico, em razão da atualização monetária do passivo, na ordem de R\$ 700 milhões por ano à época.



I - PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO:

A aplicação de um Plano de Equacionamento tradicional naquele momento implicaria em uma taxa de Contribuição Extraordinária superior a 40% do valor do benefício saldado do ativo ou do benefício efetivamente pago ao assistido. Considerando o percentual de contribuição normal do assistido, a soma dos descontos sobre o benefício considerando apenas as contribuições para o Plano chegaria a quase 50%.

Em razão da péssima situação financeira e atuarial do PBD Saldado, havia um alto risco de liquidação do Plano pela Previc.

O objetivo do trabalho da EST Seguridade foi o de assessorar a construção de uma solução que mantivesse o Plano em continuidade e que reduzisse os impactos financeiros aos participantes e assistidos.

Conseguimos identificar a origem (causas) de quase a totalidade do déficit do PBD Saldado e, com isso, pudemos mostrar que o pagamento deste déficit por participantes e assistidos é injusto. Mas a legislação previdenciária que define a forma de pagamento dos déficits não observa quem deu causa ao déficit e determina que o pagamento do déficit seja feito na proporção das contribuições normais.

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

I - PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO:

Depois da análise da situação, foram formuladas solicitações de informações ao Postalís no sentido de buscar opções ao Plano de Equacionamento tradicional, que culminaram na solução de Plano de Equacionamento apresentada pelo Instituto e aprovada pelo Conselho Deliberativo. Essa modelagem de Plano de Equacionamento foi aprovada pelo SEST e atualmente está em fase final de aprovação na Previc.

Não é a solução ideal, porém é aquela que permite os objetivos de dar continuidade ao Plano BD Saldado e de mitigar os impactos financeiros aos participantes e assistidos.

Este Plano de Equacionamento contempla as seguintes medidas:

- ✓ Manutenção das Alíquotas Contributivas Extraordinárias já praticadas (aprox. 20% do valor do benefício);
- ✓ Introdução de Contribuição Extraordinária de 75% sobre o Abono Anual (13º benefício);
- ✓ Extinção do benefício de Pecúlio por Morte;
- ✓ Redução no valor do benefício futuro de Pensão por Morte (de 85% SRB para 50% SRB).

Os patrocinadores pagarão cerca de 50% do valor do déficit, no total de R\$ 6,35 bilhões, financiados em 30 anos.

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

II – ANÁLISE E PARECERES SOBRE ADOÇÃO DE PREMISSAS ATUARIAIS:

A EST Seguridade vem acompanhando, por meio de análise de documentos, as propostas de adoção de premissas atuariais nos Planos BD Saldado e Postalprev em cada final de exercício e assessorando os Conselheiros Eleitos em seus votos de aprovação e/ou rejeição dessas premissas.

As premissas atuariais são as variáveis utilizadas nas Avaliações Atuariais, quando da apuração do valor dos compromissos dos Planos, que denominamos de Provisões Matemáticas. Exemplos dessas premissas:

- ✓ Tábua de Mortalidade Geral
- ✓ Tábua de Mortalidade de Inválidos
- ✓ Taxa de Rotatividade
- ✓ Taxa de Juros Real Atuarial

No Postalis essas premissas são sugeridas pela Consultoria Mercer e validadas internamente. Na maioria das vezes não apresentamos objeções às premissas sugeridas, mas há exceções. Por exemplo, foi sugerida a redução da Taxa de Juros Real Atuarial em 2021, de 4,80% a.a. para 4,16% a.a.. Essa alteração elevaria o déficit em 10,5% e nossa argumentação contrária, com justificativas, foi utilizada pelos Conselheiros Eleitos que conseguiram a manutenção da taxa vigente.

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

III – ANÁLISE E PARECERES SOBRE AS AVALIAÇÕES ATUARIAIS E O PLANO DE CUSTEIO

A Avaliação Atuarial é o estudo técnico desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da massa de participantes e assistidos, com o objetivo principal de estabelecer os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelos Planos.

O Plano de Custeio é a definição do percentual de contribuição necessário para que se atinja o patamar de recursos suficiente para o pagamento dos benefícios futuros e também para o pagamento das despesas administrativas do Postalís.

São avaliados no Plano de Custeio os percentuais a serem aplicados a título de Contribuição Normal, Contribuição Extraordinária e Taxa de Administração.

Anualmente esses estudos são apresentados ao Conselho Deliberativo para aprovação e nós acompanhamos para verificar se estão corretos e se o Plano de Custeio está adequado.

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

IV – ANÁLISE E PARECERES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, SUAS NOTAS EXPLICATIVAS E O RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES - RAI:

As Demonstrações Contábeis do Fundo de Pensão e suas Notas Explicativas apresentam a real situação dos Planos de Benefícios e refletem o grau de cumprimento das obrigações pela Alta Administração.

As análises desses documentos, assim como do Relatório Anual de Informações – RAI realizadas pela EST Seguridade subsidiam as tomadas de decisão dos Conselheiros Eleitos na definição das ações a serem executadas pela Diretoria Executiva e na aprovação das contas do Instituto.

Importante ressaltar que, a partir das sugestões, questionamentos, solicitações de informação apresentados pelos Conselheiros Eleitos pudemos verificar, ano após ano, uma melhora significativa na qualidade das informações registradas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Um exemplo disso é que passaram a constar das Notas Explicativas, com total transparência, as informações sobre todas as ações judiciais do Postalís contra o banco BNY Mellon, que possuem a finalidade de recompor o patrimônio dos Planos BD Saldado e Postalprev.



V – ANÁLISE E PARECERES SOBRE AS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS DO POSTALIS

A Política de Investimentos é o principal instrumento direcionador da estratégia de alocação dos patrimônios dos Planos administrados pelo Instituto. É um documento revisto anualmente pela área de Investimentos do Postalís, sempre com o horizonte dos investimentos para os próximos 4 anos.

Esta Política leva em consideração o perfil dos Planos, a conjuntura econômica (atual e futura), o portfólio que compõe os patrimônios dos Planos, elenca possíveis cenários e estabelece a melhor composição de segmentos de investimentos, que é aquele que oferece o melhor retorno, com o menor risco, dentro dos cenários mais viáveis.

A Política de Investimentos deve ser aprovada pelo Conselho Deliberativo e, por isso, fazemos análises e damos nosso parecer sobre a proposta apresentada aos Conselheiros.

Fizemos algumas observações que se mostraram acertadas como, por exemplo, críticas à proposta de Investimentos no Exterior, pois esse tipo de investimento possui um duplo risco: o do próprio negócio e o risco cambial.

Considerando a situação econômica do Plano BD Saldado, em nossa avaliação esse tipo de risco deveria ser evitado. É um Plano que não tem margem para acumular mais prejuízos.



VI – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DA PREVIC E DA SEST

A EST Seguridade tem realizado análise de documentos elaborados pela Previc e que dizem respeito à processos relacionados aos Planos administrados pelo Postalís e também a resultados de fiscalizações realizadas no Instituto por aquela Autarquia.

As documentações mais recentes dizem respeito ao cumprimento do TAC, assinado em 2020, que tem como finalidade: (i) a implantação do Plano de Equacionamento do PBD Saldado; e (ii) a implantação do processo de migração para um novo Plano CD.

Fizemos análise e emitimos parecer para os Conselheiros Eleitos acerca das exigências apresentadas pela SEST em relação ao Plano de Equacionamento (PED 2020).

Também foi feita análise e emitido parecer sobre o Relatório de Fiscalização nº 04/2010/CFDDF/PREVIC. Por meio deste relatório pudemos observar que apontamentos realizado Previc na ocasião acarretaram prejuízos que afetam, até hoje, os resultados dos Planos administrados pelo Postalís.

Este Relatório também já registrava que na administração do Postalís existiam inconsistências nos procedimentos de controle e monitoramento de seus investimentos em carteira própria e de seus gestores externos. O principal gestor externo à época era o Banco BNY Mellon.



VII – ANÁLISE E PARECER SOBRE A PROPOSTA DO NOVO PLANO CD

A EST Seguridade avaliou a documentação de instrução do processo que tinha como objetivo a aprovação do novo Plano CD.

Durante as negociações no âmbito do Grupo de Trabalho que tratou do Plano de Equacionamento já havia sido debatido um modelo de Plano CD a ser oferecido para migração dos participantes e assistidos do Plano BD Saldado, pois este é um item contemplado no mesmo TAC que trata do Plano de Equacionamento.

Quando a minuta do Regulamento Plano CD foi apresentada ao Conselho Deliberativo, apontamos falhas no processo e, além disso, fizemos críticas ao texto apresentado. Os principais apontamentos foram:

- i. O processo constava apenas da minuta do Regulamento, mas em um processo de migração outros documentos são exigidos: Estudos de Viabilidade, Termo de Migração, adequação do Regulamento do Plano de Origem, etc.
- ii. O Plano CD apresentado não possuía qualquer característica previdenciária, apenas financeira;
- iii. Benefícios de Risco com custeio integral do participante;
- iv. O Postalprev seria fechado e o novo Plano CD seria oferecido também aos novos empregados dos Correios.

VII – ANÁLISE E PARECER SOBRE A PROPOSTA DO NOVO PLANO CD

Com base nos nossos apontamentos e críticas os Conselheiros Eleitos conseguiram a suspensão do processo de aprovação do Regulamento do novo Plano CD e, junto às novas diretorias do Postalís e dos Correios conseguiram ainda:

- i. A garantia de que o Postalprev será mantido aberto, como o Plano a ser oferecido aos novos empregados dos Correios;
- ii. Que o novo Plano CD nascerá fechado, com a exclusiva finalidade de ser oferecido, por meio de migração, aos participantes e assistidos do Plano BD Saldado;
- iii. A postergação do TAC por mais 2 anos, garantindo o tempo necessário para o debate sobre as características do novo Plano CD;
- iv. Que o novo Plano CD, quando apresentado, será acompanhado de toda a documentação necessária para que se tenha conhecimento do processo de migração como um todo.

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

VIII – ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA OS CONSELHEIROS ELEITOS

A EST Seguridade vem elaborando documentos por solicitação dos Conselheiros Eleitos com as finalidades: (i) de subsidiar seus votos nas reuniões do Conselho Deliberativo; (ii) de solicitar informações ou documentos necessários para que possam exercer suas atividades com a segurança de que estão tomando suas decisões com pleno conhecimento da matéria em análise.

Alguns temas onde a EST Seguridade apoiou a decisão dos Conselheiros Eleitos ou solicitou documentos para a tomada de decisão, além dos pontos já apresentados nos slides anteriores:

- i. Questionamentos sobre o Processo Eleitoral do Postalis;
- ii. Administração de Planos para Entes Federativos;
- iii. Escopo do TAC assinado junto à Previc;
- iv. Questionamentos sobre a cobrança de dívidas por parte da Diretoria do Postalis – BNY Mellon, RTSA;
- v. Questionamentos sobre a reprecificação dos Ativos feita em 2017;
- vi. Questionamento sobre a imputação de responsabilidades pelos postergações de Planos de Equacionamento; etc...

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

IX – PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES, CONGRESSOS E LIVES SOBRE OS PLANO DE PREVIDÊNCIA DO POSTALIS

Participamos de reuniões, prestando apoio técnico e apresentando teses que têm objetivo de melhorar a situação econômico/atuarial dos Planos administrados pelo Postalis.

Participamos de reuniões com a Previc, com o novo Presidente dos Correios e com o novo Presidente do Postalis. Essas reuniões contemplaram diversos temas, dentre os quais destacamos:

- ✓ Demonstrar que a cobrança de Contribuições Extraordinárias dos participantes e assistidos, embora necessária para a preservação do Plano, é bastante injusta, dada a origem dos déficits;
- ✓ Buscar sensibilizar Postalis e Correios para que apoiem as ações judiciais das Entidades Representativas que tenham como objeto a reposição de recursos nos Planos;
- ✓ Buscar sensibilizar os Correios para a retomada do pagamento da RTSA;
- ✓ Buscar sensibilizar a Previc para que não haja mais postergação na aprovação do Plano de Equacionamento, pois as postergações têm o efeito perverso de elevar o valor do déficit ano a ano;

Também participamos com palestras virtuais e presenciais sobre a situação dos Planos administrados pelo Postalis e sobre as negociações sobre o modelo previdenciário que está sendo debatido para os trabalhadores e aposentados vinculados aos Correios.



X – APOIO NA CONSTRUÇÃO DE TESES JURÍDICAS

A EST Seguridade participou de reuniões com escritório jurídico contratado pela ADCAP e auxiliou na construção de tese jurídica com a finalidade de recuperar recursos para os Planos BD Saldado e Postalprev.

XI – ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE

Embora não esteja no escopo do contrato, a EST Seguridade, por solicitação da ADCAP, realizou análise e elaborou documento sobre provisões e gastos com o Postal Saúde registrados nas demonstrações contábeis dos Correios.

Foram analisadas as informações sobre o Plano de Saúde nas demonstrações contábeis dos Correios no período de 31/12/2016 e 31/12/2021, onde ficou evidenciado que a decisão dos Correios de repassar todo o custo do Plano de Saúde dos aposentados e seus beneficiários para o próprio aposentado, não só refletiu em uma drástica redução no custo pós-emprego dos Correios, como também teve um efeito altamente perverso que foi a redução de 43% das vidas seguradas pelo Plano de Saúde, pois uma grande quantidade de aposentados não conseguiram mais arcar com esse custo.

PROXIMOS PASSOS:

I – CONTINUIDADE NO ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DO POSTALPREV E DO PLANO BD SALDADO

O acompanhamento periódico da situação dos Planos dá conhecimento às contratantes sobre as ações e cobranças que precisam ser realizadas junto à Direção do Postalís para correção de rumos, evitando que problemas ocorridos no passado voltem a ocorrer.

Esse acompanhamento também permite o bom assessoramento aos Conselheiros Eleitos, quando apresentamos sugestões de posicionamentos nas reuniões de Conselho.

Esse acompanhamento prevê, dentre outras tarefas:

- i. Análise e parecer sobre as hipóteses atuariais;
- ii. Análise e parecer sobre as Avaliações atuariais;
- iii. Análise e parecer sobre as Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas;
- iv. Análise e parecer sobre as Políticas de Investimentos.

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

II – ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE EQUACIONAMENTO

O Plano de Equacionamento de déficit do ano de 2020 está na iminência de ser aprovado. As ações para sua implantação envolvem:

- i. Nova Avaliação Atuarial após a implantação do Plano de Equacionamento, com verificação de eventual déficit remanescente.
- ii. Recálculo do percentual de Contribuição Extraordinária, com implantação das novas taxas;
- iii. Revisão do Regulamento do Plano BD Saldado, com a implantação da redução de benefícios futuros.

Devemos acompanhar esta implantação para:

- ✓ Garantir que as regras aprovadas serão efetivamente implantadas;
- ✓ Garantir que o contrato de dívida do patrocinador apresenta as devidas garantias;
- ✓ Garantir que novos benefícios calculados a partir da alteração regulamentar estão corretos.

Outro ponto a ser observado é o tratamento que será dado aos déficits do Plano BD Saldado ocorridos a partir do exercício de 2021.

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

III – ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO NOVO PLANO CD

A elaboração e implantação do novo Plano CD deve ser acompanhada de perto, a fim de garantir que alguns problemas ou sugestões já apresentados estejam contemplados. Dentre os pontos de maior atenção, destacamos:

- ✓ O Plano CD deve ser criado exclusivamente para migração dos participantes e assistidos do Plano BD Saldado;
- ✓ Deve ser apresentada documentação completa de todo o processo de migração, qual seja:
 - i. Regulamento do novo Plano CD
 - ii. Estudo que demonstre a quantidade de participantes e assistidos necessários para que a migração seja viável;
 - iii. Estudo que demonstre a quantidade de recursos migrados que viabilize a existência do novo Plano CD;
 - iv. Estudo que demonstre que a migração não irá prejudicar os participantes e assistidos que desejarem permanecer no Plano BD Saldado;

III – ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO NOVO PLANO CD

- v. Estudo que demonstre não haver problemas de liquidez para pagamento de “incentivos à migração”, tais como a possibilidade de saques à vista no momento da migração;
 - vi. Termo de migração, apresentando o cronograma do processo de migração, as regras de cálculo das reservas individuais de migração, as regras com relação aos direitos dos participantes migrados com relação à recursos que retornem ao Plano BD Saldado, as regras de saque no momento da migração, as responsabilidades dos patrocinadores com relação ao pagamento das suas parcelas do déficit dos participantes migrados, as responsabilidades dos patrocinadores e do Postalís, na condição de administrador dos Planos, com relação a eventuais ações judiciais contra o processo de migração, etc.;
 - vii. Regulamento do Plano BD Saldado contemplando a possibilidade de migração e suas regras.
- ✓ O Plano CD deve permitir o pagamento de contribuição normal por parte do participante ativo que não esteja inscrito no Postalprev, com contrapartida contributiva do patrocinador, permitindo que o participante amplie o valor de sua capitalização e melhore seu benefício futuro;

◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

III – ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO NOVO PLANO CD

- ✓ O Plano CD deve ter algumas características previdenciárias, tais como benefício de risco (invalidez e morte) com custeio partilhado entre participantes e patrocinadores e benefício atuarialmente calculado, onde é considerada a expectativa de vida do aposentado e da pensionista.
- ✓ As premissas atuariais a serem utilizadas no cálculo dos benefícios atuarialmente calculados no Plano CD devem ser, pelo menos no momento inicial, iguais às utilizadas no Plano BD, para que os aposentados e pensionistas que eventualmente optem pela migração, possam ter benefícios compatíveis com aqueles que recebem atualmente.



IV – AÇÕES APÓS A APROVAÇÃO DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO DO PLANO CD

Após a aprovação do novo Plano CD, as Entidades Representativas deverão construir um amplo processo de comunicação para esclarecimento aos seus associados sobre todas as características deste processo de migração, para que possa haver uma tomada de decisão com pleno conhecimento dos seus riscos e possíveis vantagens.

A EST Seguridade pode dar o apoio técnico necessário para a elaboração de todo o material explicativo e na definição das mídias a serem utilizadas.

Podemos também elaborar apresentações a serem realizadas em lives que contemplem, além dos esclarecimentos sobre o processo, a apresentação dos riscos da adesão a um plano com menor cobertura previdenciária e também simulações de como se comportarão os benefícios futuros no novo Plano CD, comparando com o comportamento atual dos benefícios no Plano BD.

Um processo de migração como o que será apresentado tem um prazo curto para que o participante e o assistido tome sua decisão. E essa decisão terá influência sobre a sua situação financeira para o resto da vida.

SITUAÇÃO ATUAL DOS PLANOS ADMINISTRADOS PELO POSTALIS**I - PLANO BD SALDADO**

CONTA	Exercício 2021	Exercício 2022
Patrimônio de Cobertura	R\$ 3.104.911.000,00	R\$ 3.111.429.000,00
Provisão Matemática	R\$ 10.904.104.000,00	R\$ 11.904.635.000,00
Equilíbrio Técnico (Déficit)*	R\$ 7.799.193.000,00	R\$ 8.793.206.000,00
Déficit Equacionado (2012 e 2014)	R\$ 6.103.629.000,00	R\$ 6.223.637.000,00
Déficit Total	R\$ 13.902.822.000,00	R\$ 15.016.843.000,00

* O balancete de maio de 2023 apresenta um Equilíbrio Técnico deficitário de R\$9.125.100.000,00.

SITUAÇÃO ATUAL DOS PLANOS ADMINISTRADOS PELO POSTALIS**II - POSTALPREV**

CONTA	Exercício 2021	Exercício 2022
Patrimônio de Cobertura	R\$ 5.751.446.000,00	R\$ 6.595.368.000,00
Provisão Matemática	R\$ 5.745.924.000,00	R\$ 6.555.469.000,00
Equilíbrio Técnico (Superávit)*	R\$ 5.522.000,00	R\$ 39.900.000,00

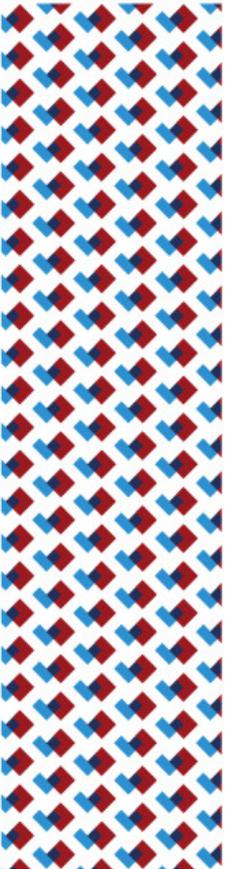
* O balancete de maio de 2023 apresenta um Equilíbrio Técnico superavitário de R\$ 77.019.000,00.



◆ Assembleia Geral ADCAP

◆ Parceria EST Seguridade e ADCAP

OBRIgADO!



Assessoria ▶